

**IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS  
INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

**A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA CRISE POLÍTICA  
VENEZUELANA**

**Autor(res)**

Geovana Luiza Dias Pacheco  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Karla Regina Malaquias De Souza  
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

**Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

**Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

**Introdução**

A crise humanitária e política na Venezuela constitui um dos maiores desafios contemporâneos ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos. A escassez de alimentos, o colapso dos serviços públicos e a repressão política levaram milhões de venezuelanos a buscar refúgio em países vizinhos, inclusive no Brasil. Tal cenário exige a aplicação prática dos princípios constitucionais e das normas internacionais de proteção da pessoa humana. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 4º, inciso II e IX, consagra a prevalência dos direitos humanos e a cooperação entre os povos, refletindo o compromisso do Estado brasileiro com a solidariedade internacional. Assim, compreender a relação entre a Constituição, as leis nacionais e os tratados internacionais é essencial para analisar a resposta jurídica e humanitária do Brasil frente à crise venezuelana.

**Objetivo**

Analizar a atuação do Estado brasileiro na efetivação dos direitos humanos diante da crise humanitária venezuelana, com base na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.474/1997 (Lei de Refúgio) e nos tratados internacionais de proteção da pessoa humana ratificados pelo Brasil.

**Material e Métodos**

A pesquisa é qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de normas jurídicas nacionais e internacionais. O método adotado é o dedutivo, partindo dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88), da solidariedade (art. 3º, I) e da prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II). Foram analisadas a Lei nº 9.474/1997, que regulamenta o Estatuto dos Refugiados de 1951, e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). A pesquisa também examina relatórios do ACNUR e decisões judiciais que demonstram a concretização desses direitos no contexto migratório venezuelano.

**Resultados e Discussão**

Os resultados evidenciam que o Brasil tem buscado cumprir suas obrigações constitucionais e internacionais na

**IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS  
INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

proteção de refugiados e migrantes venezuelanos. A Lei nº 9.474/1997, em consonância com a Convenção de 1951, assegura o direito de refúgio àqueles que sofrem perseguição política, étnica ou por violação de direitos fundamentais. A Constituição Federal, ao prever a prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II), impõe ao Estado o dever de adotar políticas públicas humanitárias, como a Operação Acolhida, criada em 2018 para interiorizar e garantir acolhimento digno aos migrantes. Decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) reforçam essa orientação, ao reconhecerem o status constitucional dos tratados de direitos humanos aprovados com quórum qualificado (art. 5º, §3º, CF). Assim, observa-se uma integração entre o Direito Constitucional e o Direito Internacional dos Direitos Humanos na resposta brasileira à crise venezuelana.

### **Conclusão**

Conclui-se que a efetivação dos direitos humanos diante da crise venezuelana reafirma o compromisso do Brasil com a ordem constitucional e internacional. A Constituição de 1988, aliada à Lei nº 9.474/1997 e aos tratados internacionais, fundamenta uma atuação estatal pautada na dignidade da pessoa humana e na solidariedade. O fortalecimento institucional e a observância dos princípios constitucionais são essenciais para garantir proteção real e contínua aos refugiados.

### **Referências**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Genebra, 1951; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). 1969. PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Saraiva, 2023; SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2022; ACNUR. Relatórios sobre a Situação dos Refugiados Venezuelanos no Brasil. Brasília, 2023.